AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.313 - MS (2018/0339045-8)

RELATOR	:	MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE	:	MARILENE RODRIGUES FIORAMONTE
ADVOGADOS	:	RENATA BARBOSA LACERDA E OUTRO(S) - MS007402
		MARCELLE PERES LOPES - MS011239
AGRAVADO	:	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORES	:	CARINA SOUZA CARDOSO E OUTRO(S) - MS004748
		EIMAR SOUZA SCHRÖDER ROSA - MS006032
		SÉRGIO WILIAN ANNIBAL - MS005498
INTERES.	:	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTERES.	:	FETEMS FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE MS
INTERES.	:	BANCO DO BRASIL SA
INTERES.	:	ADELIA REZENDE DE MATOS LIMA
INTERES.	:	ANTONINA PEREIRA DA SILVA
INTERES.	:	ANA RITA DE SOUZA MARQUES
INTERES.	:	SANDRA MARIA BONFIM MOURA BRANDAO DE SOUZA
INTERES.	:	ROSEMARY NANTES FERREIRA MARTINS BARBOSA
INTERES.	:	BEATRIZ ALVES DE ABREU PAROBA
INTERES.	:	HERNAN PAZ MORENO
INTERES.	:	ALICE DA SILVA FERREIRA
INTERES.	:	ALVAMIRIAN GARCIA MAROLDI VIVEIROS
INTERES.	:	ALZIRA GUILHERME SAMPAIO
INTERES.	:	ALZIRA RODRIGUES CHANFRIN
INTERES.	:	ANDERSON MAURO MARTINS
INTERES.	:	AZENA RICCO DE FREITAS
INTERES.	:	DIRCEU RICCO DE FREITAS

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. LIQUIDAÇÃO. ILEGITIMIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 502 DO CPC/1973. PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA SERVIDORA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por MARILENE RODRIGUES FIORAMONTE, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da CF/1988, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo egrégio TJMS, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA EM FACE DE AÇÃO COLETIVA - PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - PRELIMINAR AFASTADA - INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE DEMANDA REPETITIVA - INCOMPETÊNCIA DESTE ÓRGÃO COLEGIADO - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA - PRAZO PRESCRICIONAL NÃO ESCOADO - CONTRARIEDADE À COISA JULGADA NÃO VERIFICADA - IMUTABILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO - EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA - CORREÇÃO MONETÁRIA - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1o.- F DA LEI 9.494/97 - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A preliminar de nulidade da decisão por ausência de fundamentação deve ser afastada, pois não é necessário que o julgador trate exaustivamente das matérias levadas aos autos pelas partes, bastando que ele justifique as razões que formam seu convencimento. Portanto, a fundamentação concisa não se confunde com a ausência de fundamentos, não se podendo falar em violação ao artigo 93, inciso IX, da CF, tampouco em enquadramento em qualquer das figuras do § 1o. do art. 489 do CPC.

2. Não se vislumbra hipótese de instauração de incidente de demanda repetitiva, pois este órgão colegiado é incompetente para admitir a pretendida instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, uma vez que o referido pedido deve ser dirigido ao Presidente deste Tribunal, nos termos do que dispõe o caput do artigo 977 do Novo Código de Processo Civil. Ademais, não se verifica hipótese de enquadramento no artigo 572 do RITJMS.

3. Nas relações jurídicas que versam pretensão de direito em face da Fazenda Pública, o artigo 1o. do Decreto 20.910/32 instituiu o prazo prescricional de cinco anos, que se inicia a partir da data do ato ou do fato que deu origem ao dano discutido, logo, quando finda a liquidação, que é entendida como extensão da fase cognitiva. Precedentes.

4. Com efeito, não há falar em contrariedade à coisa julgada, pois o juízo a quo proferiu decisão em conformidade com o conteúdo constante da sentença coletiva, pois, em razão da ausência dos contratos pelo Estado de Mato Grosso do Sul, utilizou parâmetros para os encargos financeiras cobrados indicados naquela demanda. Outrossim, com o trânsito em julgado da decisão, os litigantes ficam adstritos aos limites impostos

pelo título executivo judicial.

5. Por fim, não prosperar a irresignação do agravante quanto à existência de empréstimos no ano de 2001, visto que os limites da decisão foram estabelecidos no dispositivo da sentença coletiva, que transitou em julgado, não cabendo mais discussão acerca do assunto.

6. O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar questão de ordem nos autos das ADINs 4425 e 4357, conferiu eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade, fixando como marco inicial, para que se deixe de aplicar a regra do art. 1o.-F da Lei 9.494/07 quanto à correção monetária, a data de conclusão do julgamento da referida questão de ordem, ou seja, 25.03.2015.

Conclui-se, assim, que os juros a serem aplicados nas condenações contra a Fazenda Pública devem ser mantidos em 6% ao ano até 01/2003. Após essa data, são de 12% ao ano até 29.6.2009. E, após, devem ser observados a aplicação integral da regra prevista no art. 1o.-F da Lei 9.494/97 até 25.3.2015, seja em relação aos juros, seja em relação à correção monetária, a qual passará a incidir pelo IPCA após tal data (fls. 184/185).

2. Nas razões recursais, a parte agravante aponta violação do art. 502 do CPC, ao argumento de que as atribuições da Educação Básica não são limitadas apenas ao Professor, mas também a todos os outros profissionais que trabalham para a Educação Básica dentro da unidade escolar. Aduz que é parte legítima da ação de liquidação de sentença, pois está inserida no grupo de Magistério.

3. É o relatório.

4. Inicialmente, o Tribunal de origem assim consignou:

Na hipótese, verifica-se que a liquidante exerce a função de auxiliar de enfermagem (fs. 08-36 dos autos principais), logo, não se enquadra no rol previsto na ação coletiva, exclusivo aos servidores estaduais ativos e inativos integrantes do grupo magistério e, portanto, não possui o direito pleiteado nesta liquidação.

Sendo, assim, diante da ilegitimidade para figurar no polo ativo da

> *demanda, o recurso merece provimento para acolher a preliminar de carência da ação e determinar a extinção do feito sem resolução do mérito.*
>
> *Por fim, cabe consignar ser cabível o arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais, pois, conforme posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, o advogado combatente da liquidação da sentença genérica prolatada em sede de ação coletiva tem direito a honorários tendo em conta a litigiosidade estabelecida, a causalidade e o efetivo labor por ele desempenhado* (fls. 576).

5. Verifica-se que, acerca da ilegitimidade ativa da liquidante, a inversão do julgado demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

6. Ademais, quanto ao art. 502 do CPC, tem-se que não foi debatido pelo Tribunal de origem e não foram opostos Embargos de Declaração com o objetivo de sanar eventual omissão. Carece, portanto, de prequestionamento, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais. Aplicáveis, assim, as Súmulas 282 e 356/STF.

7. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Servidora.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR